

## Comunidade Universitária do Paraná contra a destruição das universidades

Nesta quinta-feira, dia 11 de maio, os Conselhos Universitários das sete universidades estaduais do Paraná devem apreciar e se posicionar conjuntamente acerca da intenção do governo Beto Richa de liquidar a autonomia das universidades. Não é a primeira vez que o governo atropela as IEES, mas, a contundência da agressão forçou esta histórica reunião proposta pelo **Comitê Estadual em Defesa do Ensino Público do Paraná**. Espera-se desta reunião uma firme resposta contra as intenções do governo.

Sob o pretexto de transparência e moralidade o governo utiliza o Tribunal de Contas do Estado- TCE para

obrigar as cinco universidades mais antigas do sistema estadual a se submeterem ao sistema RH Meta4, que faz a gestão de pessoal e roda a folha de pagamentos de todos os servidores do estado do Paraná. Ademais, numa casuística interpretação, esse mesmo TCE vem tentando, desde o ano passado, alterar o regime de dedicação exclusiva dos docentes (TIDE) transformando-o, mediante uma manobra administrativa de "Uniformização de Jurisprudência", numa mera gratificação. Se for reafirmada essa intenção, serão afetados os vencimentos dos professores aposentados e da ativa com redução salarial média de 20%, e a carreira dos docentes das IEES do Paraná será destruída.

### O que já foi feito

De quem é a responsabilidade de enfrentamento de cada uma dessas questões é o que tem se perguntado muitos docentes. Como chegamos nessa situação limite?

A defesa da universidade pública e gratuita é tarefa da sociedade e da comunidade universitária como um todo. Porém, compete à administração e aos Conselhos Superiores das universidades garantir que a autonomia universitária seja respeitada, pois foram constituídos com essa finalidade.

Por esse motivo, no caso dos ataques à autonomia, o Sindicato vem exigindo insistentemente, desde pelo menos 2013, que a administração e os Conselhos Superiores da UEL enfrentem o governo e façam valer a prerrogativa constitucional da autonomia inscrita nas Constituições federal e estadual e solicitando que se utilizem do histórico Acórdão de 1992, que impediu que outros governos capturassem a gestão de pessoal da UEL e UEM, que colocava em risco a finalidade das instituições.

Em setembro de 2013 o Sindiprol|Aduel publicou um número especial de seu jornal dedicado à Autonomia Universitária ([https://issuu.com/sindiproladuel/docs/jsindiproladuel\\_-\\_ver\\_o\\_para\\_o\\_sit](https://issuu.com/sindiproladuel/docs/jsindiproladuel_-_ver_o_para_o_sit)). Neste se analisava o conjunto de medidas do governo que pretendia colocar as



**Jornal do Sindiprol | ADUEL**  
Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público de Londrina e Região  
Setembro - 2013 | [sindiproladuel.org.br](http://sindiproladuel.org.br)

**EDIÇÃO ESPECIAL**

### A Autonomia Universitária em jogo

A luta pela Autonomia Universitária no Paraná entrou em um novo patamar. Depois de um ano marcado por decretos antiautonomistas do Governo e manifestações em defesa da Autonomia, as reitorias se juntaram a Beto Richa (PSDB) para planejar um modelo de financiamento que eles chamam de "autonomia". E o pior: sem efetuar qualquer debate com a comunidade universitária.

Páginas 2 e 5



**CAMPANHA SALARIAL**  
**Ainda falta o incentivo por titulação**  
A suposta dificuldade financeira do Estado serviu de pretexto para que o Governo adiasse a efetivação do incentivo por titulação, proposta considerada viável pelo próprio Governo em 2011. Na próxima reunião entre sindicatos docentes e o novo Secretário de Ciência e Tecnologia, João Carlos Gomes (PSDB), será abordado o cumprimento da segunda parte do que se acordou no GT de 2011, mas, ao que tudo indica, os professores terão que se mobilizar mais uma vez para fazer o Governo cumprir suas promessas.  
Página 6

**ADnuesp vêm à UEL para discutir Autonomia das IES paulistas** Página 8

**ARTIGO**  
**As Universidades paranaenses e os gastos do governo**  
A cada final de mandato, os mesmos governos que acusam as universidades de serem um peso no orçamento autorizam a criação de novos cursos, novos campi, novas universidades, na tentativa de se perpetuarem no poder fazendo sucessores.  
Página 7

**Autonomia será tema de Congresso do Sindiprol/Aduel** Página 5

**Nota conjunta dos sindicatos do PR sobre proposta de "autonomia" do governo** Página 8

universidades no Sistema RH Meta4, a tibieza da administração da UEL na defesa da autonomia, as manifestações da comunidade universitária e a instalação de uma Comissão pelo Conselho Universitário "para levantar todas as formas de restrição à Autonomia e elaborar um plano para enfrentar a situação".

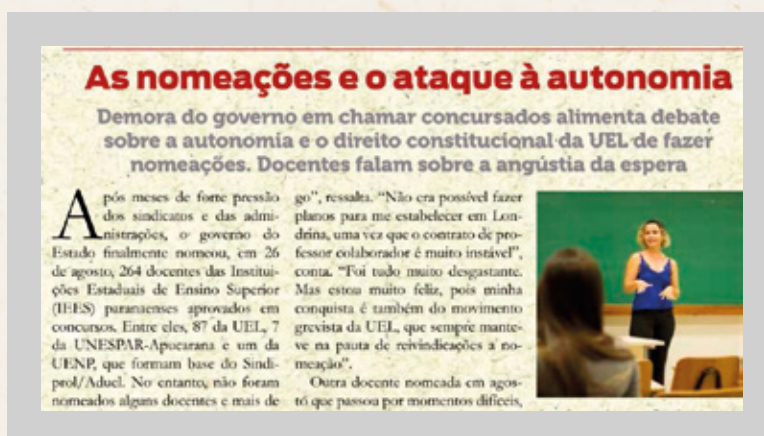
Também, no final da greve de 2015, o movimento docente inscreveu no documento firmado pelo governo para encerramento da paralisação, que a UENP e UNESPAR deveriam sair do sistema RH Meta4 e organizadas com a devida autonomia prevista legalmente. O Sindiprol|Aduel inclusive participou de um GT que fez uma proposta conjunta com a SETI e Casa Civil para implementar a retirada da gestão da folha de pagamento dessas universidades do Meta4.

Ainda em 2015, o Sindicato pressionou o Conselho Universitário da UEL para que a Universidade exercesse seu direito constitucional de autonomia e ela própria nomeasse os docentes concursados, como era feito antes. Dessa pressão resultou a nomeação pelo governo de 88 docentes e a deliberação, por parte do Conselho Universitário, de que as próximas nomeações deveriam ser feitas pela própria instituição, decisão que a administração nunca encaminhou.

Com relação ao questionamento do TIDE como regime de trabalho, o Sindiprol|Aduel já em setembro de 2013, em conjunto com outros sindicatos

docentes, provocou a SETI no sentido de que deveria retirar as restrições para sua concessão, tornando mais clara a sua natureza de regime de trabalho. O Professor João Carlos Gomes, nunca respondeu ao ofício protocolado em 17/09/2013.

A Lei que rege nosso TIDE está em vigência há 20 anos e nunca foi considerada ilegal. Há centenas de professores que se aposentaram de acordo com ela e tiveram suas aposentadorias homologadas pelo mesmo TCE. É evidente o caráter casuístico do questionamento atual e o alinhamento dessa ação com as outras medidas do governo Richa/Mauro Ricardo contra as universidades.



Quando, em 2016, o TCE foi mobilizado para atacar o TIDE com a "uniformização de jurisprudência" o Sindicato chamou uma assembleia docente em que foram apresentados gráficos mostrando as perdas que teriam os aposentados e os professores da ativa, caso se confirmasse o entendimento do TCE. Mostramos que as perdas em alguns casos poderiam chegar a 35% e, na média, rondariam os 20%. Tam-

bém se deliberou que o Sindicato faria todas as pressões e gestões para resolver administrativamente este ataque, de comum acordo com a abordagem adotada pelas administrações das universidades estaduais. Esta alternativa foi adotada para se evitar que proliferassem demandas individuais que, derrotadas, reforçariam as intenções do governo.

Também contratamos um escritório de advocacia especializado para apresentar um parecer contrário à interpretação do TCE e nos tornamos parte interessada do processo. A assessoria jurídica do Sindicato vem trabalhando no acompanhamento do processo e preparando as diversas linhas de defesa possíveis.

Temos convicção, no entanto, que a decisão do TCE/Governo Beto Richa, não se prende a questões técnicas ou à busca de transparência lembrando que apenas o que foi desviado aqui em Londrina pelo esquema de financiamento de campanha denunciado

pela operação publicano corresponde ao orçamento UEL de três anos, mas à firme intenção desse governo de destruir o sistema de universidades estaduais.

Por isso, em conjunto com o Comitê Estadual em Defesa do Ensino Público do Paraná os docentes das IEES devem se preparar para a defesa de seus direitos e da universidade pública e gratuita.

**Convocamos os docentes da UENP, Unespar-Apucarana e UEL para a Assembleia Geral a ser realizada no dia 16 de maio as 14:30 horas no Anfiteatro Maior do CCH para deliberar sobre as medidas a serem tomadas pelos professores e o seu sindicato.**

**Os professores da Unespar-Apucarana farão assembleia nesse mesmo dia às 17:00 horas no Auditório José Berton.**